

## **Líderes de saúde africanos, advogados e defensores das causas femininas, clamam por ação para salvar as vidas das mulheres do aborto inseguro.**



*Participantes do primeiro encontro regional sobre o aborto inseguro na África são contra a Lei Global da Mordaça, alegando que Lei impede os esforços para reduzir gravidezes não desejadas e o aborto inseguro.*

17 de março, 2003 Mais de 100 líderes africanos de 15 países que atenderam a primeira conferência regional sobre o aborto inseguro concluíram o encontro em Addis Ababa na Etiópia em 07 de março com um forte apelo de ação endereçado a esse problema de saúde pública global. O aborto inseguro resulta em aproximadamente 30.000 mortes de mulheres africanas todos os anos de acordo com a Organização Mundial de Saúde.

O grupo multidisciplinar de peritos que atenderam a Conferência “Ação para a Redução da Mortalidade Materna na África” era formado por Ministros da Saúde, parlamentares, profissionais de saúde, defensores das causas das mulheres, advogados e outros. Eles solicitaram ao governo africano um maior comprometimento com vários acordos internacionais que tratam do aborto inseguro; através do implemento de maiores informações disponíveis, bem como serviços de ajuda à prevenção da gravidez não desejada; também solicitaram por serviços de aborto seguro disponíveis dentro das leis locais e nacionais. Essas pessoas se comprometeram a educar todos aqueles interessados sobre o aborto inseguro sobre seu trágico e ao mesmo tempo evitável impacto. Também se comprometeram em trabalhar mais eficazmente dentro da legislação atual e dos sistemas de saúde a fim de oferecerem mais qualidade, e serviços de saúde reprodutiva mais compreensíveis e disponíveis a todos.

“O principal interesse de todos os envolvidos nessa conferência é salvar a vida das mulheres do aborto inseguro algo que sabemos como fazer, mas para qual a comunidade global tem negado resoluções políticas”, diz Dra. Eunice Brookman - Amissah, ex-Ministra da Saúde de Gana que atualmente lidera a Aliança Africana de Ipas pelos Direitos e Saúde Reprodutiva das Mulheres. Juntamente com várias outras organizações, a Aliança Africana de Ipas patrocinou a conferência.

“Ninguém quer promover o aborto”, continua Dra. Eunice Brookman - Amissah. “É verdade que a implementação de leis para o aborto tem mostrado uma redução na taxa de mortalidade materna, mas a prioridade não é sempre a legalização do aborto. Ao invés disso, é sim prioridade oferecer procedimentos seguros e disponíveis totalmente dentro das leis existentes”.

Brookman Amissah esclarece que todos os países africanos permitem o aborto em certas circunstâncias, mas as mulheres raramente sabem quando tais circunstâncias se aplicam a elas. “Por isso, muitas mulheres e garotas ainda são mutiladas ou morrem pelo aborto inseguro”, diz ela.

Os participantes da conferência também solicitaram ao governo africano, bem como a comunidade global para serem considerados na lista de cidadãos e outros interessados em opor a “Lei Global da Mordança” imposta em 21 de janeiro de 2001 pela administração do Presidente George W. Bush dos Estados Unidos. Essa lei desqualifica organizações não governamentais estabelecidas fora dos Estados Unidos de receberem fundos para planejamento familiar, caso estas mesmas organizações também ofereçam aconselhamento ao abortamento, serviços para a legalização do aborto com exceção para alguns poucos casos, ou participem de debates políticos que envolvam a discussão do aborto.

“Reduzindo os fundos disponíveis para o planejamento familiar preventivo, a Lei Global da Mordança impede claramente os esforços para reduzir o aborto inseguro”, diz Brookman-Amisah. “Ao contrário de suas intenções, essa lei resulta em mais gravidezes não desejadas, mais abortos inseguros e mais mortes de mulheres e garotas. Nós, que temos visto esses resultados em primeira-mão, não podemos mais tolerar em silêncio as trágicas conseqüências causadas pela Lei da Mordança”.

Os participantes da conferência desaprovam a falta de atenção à saúde reprodutiva de uma maneira geral e em particular para a falta de atenção à programas ao aborto inseguro que esperam alcançar o “Millennium Development Goals” (Objetivos de Desenvolvimento para o Milênio), que as Nações Unidas adotaram em 2000. “A mortalidade materna não pode ser, e não será, reduzida em 75% em 2015, tão pouco objetivos relacionados com a redução de pobreza e desenvolvimento econômico serão alcançados, sem a devida atenção ao aborto inseguro”, diz Brookman-Amisah.

Para maiores informações, contate:

Merrill Wolf,  
Conselheira Senior de Comunicações Externas  
Ipas  
[wolfm@ipas.org](mailto:wolfm@ipas.org)  
919-960-5612

Tradução: Alessandra Foelkel  
[alessandra@ipas.org.br](mailto:alessandra@ipas.org.br)